

O GOVERNADOR Cristovam Buarque convoca a sociedade brasileira a uma reflexão sobre os destinos da cidade e faz um convite instigador: “Vamos reinaugurar a Capital do País”. Cristovam analisa os desvios na concepção original da cidade, hoje com uma população três vezes superior à idealizada por seus fundadores, mas não considera essa explosão um fato negativo, desde que Brasília seja mais do que a capital e adote um planejamento econômico capaz de inserir o Distrito Federal na era da globalização. Com uma observação: sem exclusão. Guindado ao poder por uma frente de esquerda, Cristovam revela, nesta entrevista, convicções capazes de arrepiar os cabelos dos aliados mais ortodoxos, como a de enterrar de vez os velhos dogmas socialistas e construir um novo tipo de socialismo,

de preferência com outro nome. Ele acha, por exemplo, que muitos proletários, hoje, ao contrário da época da Revolução Bolchevique, são “profundamente reacionários”. Pouco mais de dois anos de mandato reforçaram também suas convicções contra o corporativismo míope. Cristovam é favorável à representação política do DF, mas acha que o nível da Câmara Legislativa precisa ser urgentemente melhorado, com a escolha de representantes mais capacitados. Ao final da entrevista, um aviso a quem interessar: “Não sou candidato, mas se amanhã meu partido entender que eu deva ser, para evitar que a cidade caia nas mãos de bandidos, irresponsáveis, sem compromisso com o futuro da cidade, eu não vou fugir de uma convocação”.



O PROLETÁRIO NÃO É NECESSARIAMENTE PROGRESSISTA

Tivemos dois sonhadores, Juscelino Kubitschek e Dom Bosco, que projetaram Brasília dentro de uma visão futurista grandiosa. Que correlação o Sr. faz entre o sonho grandioso desses dois visionários e a Brasília real de hoje?

— Temos um sonho importante além desses: o dos constituintes de 1891, que tiveram a idéia de colocar a capital aqui. Imagine cem anos atrás que visão eles tinham dessa região, tão distante dos centros onde havia população. O que mudou é que, em primeiro lugar, a Brasília que foi feita para ser a capital não é só capital. É muito mais. Só que ela não sabe o que é esse mais. Só agora, nesse governo, estamos definindo o que somos além de capital do Brasil. Para ser capital do Brasil, como estava definido, bastavam 500 mil habitantes, mas já somos 2 milhões. Esse outro 1,5 milhão o que é? É aí que nos propomos à reinauguração de Brasília. À reinauguração no sentido de termos a Brasília que, além de capital é um estado, com sua indústria, sua agricultura, seu turismo e uma forte produção cultural.

Esses desvios de concepção inviabilizam a capital?

— Podem inviabilizar ou não, dependendo do que a gente faz. A minha proposta é não inviabilizar a capital, mas que Brasília seja mais do que capital. Paris não é só capital da França, assim como Londres não é só capital da Inglaterra. Washington é basicamente a capital porque foi feita de uma maneira absolutamente restrita, no seu tamanho, para ser capital. O resto já não é mais Washington. Além disso, os Estados Unidos não têm uma imigração interna tão explosiva como a do Brasil. O sonho de Brasília não se realizou como era previsto, mas acho que a mudança de

rumos foi para melhor. O fato de Brasília hoje crescer mais do que o projeto de capital é bom, não ruim. O problema é que o País não realizou o tipo de desenvolvimento que se imaginava com igualdade. Em vez disso, o desenvolvimento caminhou para a desigualdade crescente. O problema é que o País não realizou o tipo de desenvolvimento que se imaginava, com igualdade. Em vez disso, o desenvolvimento caminhou para a desigualdade crescente. Imaginava-se um desenvolvimento que produzisse a paridade da economia com a educação e com a saúde, por exemplo, mas isso não veio. Imaginava-se um desenvolvimento em que a dinâmica seria o mercado interno, e isso a gente sabe que não foi tão fortemente o motor. A exportação tem sido um dos eixos centrais da política econômica do País ao longo da sua história. Essas foram as duas mudanças maiores no sonho de Brasília, como capital de um grande País. Os constituintes de 91 pensavam que Brasília tinha que ser no centro por razões de segurança, para evitar que as esquadras estrangeiras pudessem bombardear a capital. Quando se decidiu transferir para aqui, o problema já não era esse, já não estava mais na cabeça de Juscelino proteger-se de esquadras, mas sim, interiorizar o desenvolvimento.

O que fazer para Brasília ser mais do que capital?

— Os programas que esse governo está fazendo são nessa direção. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do DF (Pades), a decisão de construir a Tecnópolis, a escolha do tipo de indústria que queremos etc. Nós queremos sim, uma produção industrial e uma produção agrícola, e estamos dizendo qual o tipo que queremos. Estamos investindo também na dinâ-

mica do turismo como fonte de renda, fazendo com que quem venha aqui, não venha apenas cumprindo suas obrigações de burocrata, de funcionário, de técnico, para que o visitante não venha aqui apenas passear, mas ver os museus, ver a capital e o que se faz pelo seu desenvolvimento. Esta é a idéia da reinauguração. Tudo isso é uma filosofia que nós estamos chamando de realizar uma “globalização sem exclusão”.

Mas globalização não pressupõe exclusão?

— Não, depende do conceito. A globalização que está aí está ocorrendo com exclusão. Mas o contrário da globalização não é a antiglobalização. Fazer do Brasil uma ilha não é o caminho. Não tem jeito, a gente vai estar num mundo cada vez mais integrado e não podemos ter medo disso. Agora temos de construir uma integração mundial com uma integração social.

Como compatibilizar o processo da globalização das economias mundiais, inevitável, sem que haja exclusão?

— No nosso caso, com os programas de inclusão social. Quando você põe todas as crianças na escola e aí tem a bolsa-escola, a poupança-escola, você tem a construção de escolas, a contratação de professores... Quando você põe toda criança em escola de boa qualidade, você já está lutando contra a exclusão social. Quando você inventa uma agroindústria familiar que mantém o menor dos produtores, você evita o desemprego, comum nas grandes empresas. Quando você mantém o pequeno e monta uma indústria cujo produto ele vende no Carrefour, como já está vendendo, você faz uma globalização (embutida no Carrefour) sem exclusão (porque

incorporou o pequeno produtor). Na globalização tradicional o pequeno produtor fica isolado. Ele vai vender a galinha viva na feira, enquanto a galinha que vai ser vendida no Carrefour é produzida pela Sadia. Agora no DF, o produtor faz um produto tão bom que concorre com a Sadia e ele vende no Carrefour. Isso é uma globalização sem exclusão. Então há uma série de programas no GDF que de fato levam a essa globalização, atraindo o capital estrangeiro. Estivemos na China e mais recentemente na Alemanha, com 150 empresários. Estamos atrás do dinheiro do mundo inteiro. Aqui, o DF, não tem medo da globalização, mas não tolera exclusão.

Incorporar no sistema produtivo e no mercado de consumo uma população três vezes maior do que a prevista é um trabalho gigantesco que não pode ser apenas de um governante. A classe política tem apoiado esse processo?

— Nós todos, sem excluir ninguém, estamos perplexos. A nossa população política, e eu me incluo nela, não está aceitando essa globalização excludente. Já não acreditamos naquela forma anterior de socialismo. Não queremos o neoliberalismo. Nessa perplexidade não dá para dizer que há uma base de apoio clara para cada proposta nova. Quando as pessoas se envolvem, acho que há. O problema é que apoia-se isso mas não se está apoiando reduzir prioridades em outras coisas para viabilizar isso. Cada coisa que você tem que fazer, você deixa de fazer outra. Não existe nada que você faça duplamente. Para botar um real num projeto, tem que tirar um real de outro, desde que acabou a inflação. Com a inflação a gente dizia que botava dinheiro em tudo e não botava em nenhum projeto porque a inflação comia o dinheiro.

Quem dá mais trabalho ao Governo nesse momento, a oposição sistemática do PMDB local, ou os aliados equivocados?

— Eles entendem as coisas no momento oportuno. Eu tenho problemas, por exemplo, com políticos muito próximo a mim. Mas eles entendem os problemas, como me fazem às ve-

De onde partem as incompreensões?

— Com a estabilidade, cada real que você põe num lugar tira de outro e as pessoas não se acostumaram ainda a abrir mão de certas reivindicações tradicionais e corporativas em benefício de propostas não tradicionais e globalizantes. Essa dicotomia, claro, que atrapalha muito. A maioria dos políticos olha o processo político do ponto de vista eleitoral e da próxima geração. Até por quem olha muito para a próxima geração, perde a próxima eleição, pois a próxima geração não tem título de eleitor ainda. Então a maioria dos políticos está prisioneira da próxima eleição e aí está prisioneira da proposta tradicional, que é uma proposta corporativa e ainda da época do ilimitado poder inflacionário de querer atender a todos. A gente caiu na estabilidade monetária que criou a estatura da aritmética. Calmos no esgotamento da proposta corporativa, mas ainda não saltamos para o momento do entendimento claro de que o Estado não é mais ilimitado e que tem recursos limitados. As corporações não representam a sociedade, representam apenas cada uma das corporações. Então isso gera uma contradição entre os políticos, todos nós. Eu não sou melhor do que os outros nem me considero pior. Nós estamos em contradição nesse momento.

zes entendê-los. Às vezes, quem está errado sou eu. Em certas ocasiões, eu digo: Você tem razão, mas precisa esperar um pouco, não chegou a hora ainda, está apressado demais. Com estes, eu não vejo problemas porque a gente pode dialogar. Então as partes em conflito dialogam. Porque é como você debater com quem fala a mesma língua sua. Com quem fala a mesma língua você pode brigar, você pode contestar, você está em lados opostos, mas pelo menos fala a mesma língua. Agora, tem opostos que você não fala nem a mesma língua. Falar uma língua diferente é dizer: Eu estou pouco me lixando para salário ou para Orçamento Participativo, eu quero é atrapalhar as coisas que esse governo está fazendo para ter mais poder, mais força para tirá-lo do meu caminho e engordar a minha fortuna.

Sua defesa da globalização (embora sem exclusão), significa que a seu ver o socialismo morreu?

— Eu nunca disse que o sonho socialista morreu. Não é o sonho do socialismo que está em xeque, mas um determinado desenho, o do chamado socialismo real. É a mesma coisa de uma pessoa que tem um fracasso amoroso. Ele não generaliza para todas as pessoas. Então, aquele socialismo real, desenhado no século passado na época em que não havia crise ambiental, não havia direito de minorias, e em que o proletariado era intrinsecamente progressista. Hoje o proletariado não é necessariamente progressista. Ele tem contradição com os excluídos. A utopia que estava por trás da cabeça do socialista, todavia, continua.

Então, o socialismo na sua essência subsiste?

— Eu prefiro me resguardar para saber se o nome dessa utopia vai ser socialismo ou não. Eu acho que o ho-

mem é suficientemente imaginativo para inventar outras palavras. Por que ficar preso à palavra socialismo? Eu não fico, mas não repudio. Está na hora, como eu disse recentemente no debate do PT, em que o nosso desafio não é nem construir um socialismo hoje. O nosso desafio é construir a idéia de socialismo. É um desafio até mais radical, ao ponto de mudar o próprio nome do socialismo. Como é que eu acho que se deve comportar essa mudança? Primeiro,, debatendo, criticando o que havia de errado nesse socialismo tradicional, formulando idéias novas.

Por exemplo?

— Incorporando outras dimensões... questionando o direito das minorias e o problema da automação, que está praticamente eliminando a necessidade de trabalho. O choque entre proletários, trabalhadores e excluídos é uma luta de classes. Não havia no século passado porque o lúmpen (pessoa desocupada) não se chocava com os trabalhadores. Até porque ele era lúmpen por alguns meses, depois era incorporado ao trabalho. Hoje, não, o excluído é excluído. Foram repudiados também do antigo socialismo o direito das mulheres, a liberdade sexual etc. O socialismo real não aceitou o direito ao prazer, como objetivo central, o valor da cultura, ou o valor da natureza como ela está e não apenas depois de incorporada ao trabalho.

E quanto aos dogmas do socialismo?

— É preciso também reformular idéias nesse sentido. A primeira idéia que precisa ser contestada é a de que todo assalariado é por natureza progressista. Sou radical nessa questão. Tem assalariado que é profundamente reacionário, conservador, ainda que não seja explorador diretamente. Ele

é indiretamente quando se apropria de uma parte maior do produto nacional através do salário. Hoje apropria-se de uma parte maior do produto não só através do lucro, mais através de certos salários. No Distrito Federal, por exemplo, nós temos muitas pessoas ganhando mais de R\$ 10 mil. Numa sociedade, como a brasileira, em que a renda *per capita* anual é inferior a R\$ 4 mil, alguém que tenha o salário mensal de R\$ 10 mil, está se apropriando de uma parte que caberia a outros. Ainda que não seja o explorador direto. Mais tem assalariado explorador direto. Quando um servidor da Câmara Legislativa recebe três auxílios-creche de R\$ 210 cada, somando R\$ 630 e contrata uma empregada por R\$ 150 para cuidar dos filhos, ele fica, portanto, com quase R\$ 500 guardados. Ele está, assim, exercendo uma mais valia financiada com o dinheiro do Estado.

O senhor concorda então com o teto salarial de R\$ 10,8 mil?

— Com um teto, sem dúvida alguma. Mas discordo do valor, ainda alto. Não dá para o Estado brasileiro pagar salários tão altos sem sacrificar outras áreas prioritárias. Aqui no DF eu li-meitei em R\$ 6 mil.

Há quem questione a necessidade de uma Câmara Legislativa para Brasília. Pela sua experiência, é necessária a autonomia política para o DF?

— Primeiro, eu sou radicalmente a favor da autonomia. Segundo: eu acho que o povo do DF tem que ter representação no Congresso. Agora, o que eu sou mesmo defensor, mais do que tudo, é de uma Câmara Legislativa, porque essa é a verdadeira democracia. É a Câmara que representa o local. A coisa mais democrática de uma sociedade não é um Congresso, é a As-

sembléia Legislativa, a Câmara de Vereadores. Agora, se ela está ruim, vamos eleger gente melhor. Vamos botar quadros melhores. Aí eu acho que o que está havendo, é que se criou a idéia de que os melhores quadros tem que ir para o Congresso e não ficar na Câmara. Os melhores quadros deviam, a meu ver, ficar aqui na Câmara Legislativa. Até porque um deputado na Câmara Federal é apenas um em 513. Na Câmara Legislativa ele é um em 24, e aí ele tem mais peso. O destino do DF não vai ser decidido entre os 8 deputados que nós temos na Câmara Federal, não. Eles não vão conseguir dobrar os outros 505. Agora os 24 que estão na Câmara Legislativa vão determinar o futuro do DF.

Que tipo de risco há nesse erro de avaliação?

— Um dia desses, quase eles conseguiram aprovar ali a transformação da fazenda Santa Prisca em um centro urbano. Seria uma tragédia. Só ia servir mesmo para enriquecer um dos deputados. É isso que desmoraliza a Câmara. Você vê que todas essas notícias ruins contra a representação política de Brasília despertaram mesmo depois do caso de Santa Prisca. Não foi nem o aumento salarial que eles aprovaram para si, mas o caso Santa Prisca que mostrou que os deputados distritais não apenas legislavam de maneira corporativa mas em benefício de um dos seus membros. Então a gente deveria colocar os grandes nomes do DF para serem deputados na Câmara Legislativa. Eu gostaria de ver a Câmara com os melhores quadros do DF, inclusive fazendo oposição a mim. Que eu tivesse que me curvar à decência, à competência. Hoje não, hoje eu fico até achando que está fácil enfrentar a oposição, pois ela é rica, é brava, mas é tão desmoralizada na sociedade que não fica difícil. Eu não preciso me dobrar. Ao contrário, eu ganho politicamente cada vez que enfrento essa oposi-

ção. Brasília tem gente séria, respeitável, competente que pode estar em outros partidos, e que eu não teria de respeitar na oposição.

É um puxão de orelha nos partidos ou um alerta à sociedade?

— Não, eu não diria nem um puxão de orelha, nem um alerta. É um convite, para que as pessoas que tenham representatividade, seriedade, competência na Legislativo local. Eu estou sugerindo aos nossos deputados do PT, Chico Vigilante e Maria Laura, que disputem a Câmara Legislativa.

Governador, o senhor é candidato à reeleição?

— Eu sou um militante partidário. Se amanhã o meu partido entender que eu devas ser candidato para evitar que Brasília caia nas mãos de bandidos, de pessoas que não têm interesse no futuro da cidade, de irresponsáveis, eu não vou fugir de uma convocação. Mas eu não vou brigar por isso e digo mais: Vou insistir que procurem outras pessoas. Temos bons quadros ao meu lado, no PT, e nos outros partidos da Frente. Agora se for preciso eu não vou fugir disso não, embora não esteja na minha prioridade. Minha vida já estava bem definida antes de se aprovar essa reeleição. A reeleição está atrapalhando minha vida. Eu já tinha até acertado com uma editora brasileira para escrever um livro no qual venho trabalhando há cinco ou seis anos. É um livro chamado 1999, em viagens que eu faria pelos cantos importantes do mundo onde ocorreram fatos fundamentais no século XX.

Entrevista a CLÁUDIA MOEMA E VANILDO MENDES da Agência Brasília